

## A interação entre o doméstico e o regional nos governos Lula da Silva e Kirchner <sup>1</sup>

### *The interaction between the domestic and the regional in Lula da Silva and Kirchner's administrations*

*André Leite Araujo<sup>2</sup>*

*Flavia Loss de Araujo<sup>3</sup>*

*Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite<sup>4</sup>*

**Vínculo Institucional:** <sup>2</sup> Doutorando em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Bolonha, Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e pesquisador do Observatório de Regionalismo (ODR).

<sup>3</sup> Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – PROLAM/USP e pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR).

<sup>4</sup> Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR).

#### **Resumo:**

Tendo o governo de Néstor Kirchner (Argentina) e o primeiro mandato de<sup>3</sup>Luis Inácio Lula da Silva (Brasil) como recorte temporal, o artigo analisa como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é instrumentalizado nas práticas políticas de ambos os países. Mais especificamente, verificamos o movimento de difusão de políticas regionais para o nível nacional e do nacional para o regional, buscando detectar como oMercosul é utilizado em

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem os comentários realizados durante as IX Jornadas Europeias "Regionalism under stress – toward fragmentation and disintegration?", evento realizado em São Paulo, em 2017, no qual puderam apresentar uma versão preliminar do presente artigo.

determinadas ações dos nacionais. Nesse sentido, identificamos que as estratégias de políticas doméstica e externa conformam uma continuidade do esfera nacional para o regional, com influência predominante dos interesses nacionais – o que não exclui a interação de variáveis oriundas do sistema internacional.

**Palavras-chaves:**

Argentina; Brasil; Mercosul.

**Abstract:**

Having Néstor Kirchner's administration (Argentina) and the first term of Luis Inácio Lula da Silva (Brazil) as time cut, the article analyses how the Southern Common Market (Mercosur) is instrumentalised in political practices in both countries. More specifically, we verify the process of diffusion of regional policies to the national level and from the national to the regional one, aiming to detect if Mercosur is used as an argument to justify actions of these national governments. In this way, we identify that the strategies of domestic and foreign policies conform a continuity from the national sphere to the regional, with predominant influence of national interests – which does not exclude the interaction with variables resulting from the international system.

**Keywords:**

Argentina; Brasil; Mercosur.

## 1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a presença do Mercosul como justificativa das ações de inserção internacional da Argentina e do Brasil nos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Luís Inácio Lula da Silva (primeiro governo – 2003-2007). Além disso, investiga-se como ocorre a interação entre as políticas doméstica e externa de ambos, em que foi possível verificar a hipótese de que há uma continuidade na ação governamental dessas duas esferas, sendo o Mercosul utilizado para satisfazer os objetivos políticos internos dos países analisados. Nesse sentido, nossos resultados apontam que as decisões internacionais são pautadas, primariamente, pelos interesses domésticos em cada país. A escolha dos dois países deve-se, principalmente, à importância do reflexo de suas ações para os rumos da integração sul-americana. Especificamente no período dos dois governos analisados ocorreram relevantes mudanças na dinâmica interna do Mercosul e nas suas relações com o resto do mundo.

Para a compreensão desse processo de transbordamento da conjuntura doméstica do Brasil e da Argentina para o bloco, o texto apresentará, em sua primeira seção, um breve histórico do Mercosul e dos principais paradigmas que nortearam sua construção ao longo das décadas de 1980 e 1990, período de grandes transformações políticas e econômicas no cenário internacional. Fruto de uma política de aproximação entre dois países que buscavam retomar a democracia após longos períodos ditatoriais, o Mercosul passou a ocupar papel central nas políticas externas argentina e brasileira, ultrapassando seus objetivos iniciais e abarcando novos temas de interesse para seus países membros. O contexto da época era adverso para as economias latino-americanas no geral, que enfrentavam dificuldades econômicas e sociais internamente e um cenário internacional em rápida transformação, cujo novo mote da globalização exigia um esforço de adaptação para a América Latina.

Entre as várias contribuições teóricas que buscaram oferecer alternativas para os problemas da região e apoiá-la nesse novo e incerto cenário, destacaram-se as sugestões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que incluíam o regionalismo como importante plataforma para o aumento do intercâmbio comercial e de inserção dos países da região na economia internacional. Nesse período, que corresponde aos primeiros anos da década de 1990, o Mercosul apresentou expressivos resultados comerciais intrabloco e consolidação institucional sem, no entanto, atender às expectativas de aumento de intercâmbio comercial com o resto do mundo. As crises econômicas do final da década de 1990 acrescentariam ainda obstáculos a esse objetivo.

O início do século XXI trouxe novidades políticas em todo o continente através da chamada “onda rosa”, quando governos de orientação de centro-esquerda e esquerda venceram, em inovadora sincronia, eleições presidenciais em vários Estados sul-americanos. A relativa coincidência de objetivos ideológicos e de programas aproximou esses governos e alterou as dinâmicas dos processos de integração na região. Diante desse fenômeno, a seguinte seção do artigo tratará do primeiro mandato do presidente Lula da Silva e a centralidade do Mercosul em sua estratégia para a América do Sul. Aproveitando a conjuntura regional e internacional favorável, o Brasil consegue apoio dos demais membros para ampliar a agenda de atuação do bloco, incluindo temas sociais e ampliando o espaço para discussões políticas. O comércio intrabloco foi impulsionado e as transações Sul-Sul aumentaram significativamente, abrindo novas frentes de negociação

Na terceira seção abordaremos a ascensão de Néstor Kirchner na Argentina, período que representou mudanças na política externa desse país que repercutiram no Mercosul. O bloco representou uma importante plataforma para a reinserção internacional da Argentina, cuja economia ainda buscava se recuperar dos efeitos da crise de 2001. Finalmente, a conclusão fará um balanço das atuações de

Kirchner e Lula no Mercosul, no tocante à influência de seus objetivos nacionais para moldar os rumos do bloco intergovernamental.

## 2. AS ORIGENS DO MERCOSUL

As origens do Mercosul remontam à década de 1980<sup>2</sup>, período no qual Brasil e Argentina deram início a uma política de aproximação visando diminuir as desconfianças mútuas em relação aos seus respectivos programas nucleares. O primeiro gesto de alto nível nesse sentido ocorreu em 1985, quando o então presidente argentino Raúl Alfonsín (1983-1989) e o presidente brasileiro recém-eleito, Tancredo Neves, deram início a tratativas sobre possíveis inspeções recíprocas (VARGAS, 1997). Devido à repentina morte de Tancredo, coube ao seu vice, José Sarney, dar continuidade aos diálogos de cooperação e assinar, ainda em 1985, a Declaração de Iguazu, cujo conteúdo versava sobre o estreitamento de laços comerciais com o objetivo de fomentar uma futura integração econômica (LEME, 2006). Cabe lembrar o contexto em que esse último ponto foi retomado nas relações entre Brasil e Argentina, haja vista os problemas econômicos enfrentados por ambos os países desde o início da década de 1980, especialmente em relação aos efeitos da crise da dívida externa. Soma-se a esse fator uma conjunção de questões internas das economias brasileira e argentina, como o esgotamento do modelo de substituição de importações, o fim dos ciclos de crescimento econômico e a alta da inflação. O cenário internacional era igualmente hostil devido o aumento das taxas de juros internacionais (e a conseqüente diminuição na oferta de empréstimos) e os impactos das crises do petróleo da década de 1970. Devemos mencionar, ainda, a implosão da União Soviética e a hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, fatos que influenciaram profundamente a ordem mundial do fim de século.

<sup>2</sup> Cervo (2007) nota que o relacionamento entre a Argentina e o Brasil já apresentava melhoras desde 1960, mas a efetiva reaproximação ocorreu durante a década de 1980.

Nesse contexto, a cooperação regional e o incremento do comércio bilateral seriam tentativas de minorar as conseqüências dessa conjuntura desfavorável para os países capitalistas em desenvolvimento (até então, chamados de “terceiro mundo” de acordo com a lógica da Guerra Fria). Conforme observado por Azambuja (1997, p.69), “foram os insucessos recíprocos dos dois países na década de 80 que [...] propiciaram a reimplantação, mais ou menos simultânea, de regimes democráticos em ambos” e que “determinaram o ímpeto em direção à integração e à superação das velhas rivalidades”. Por isso, o empenho de Sarney e Alfonsín em concluir as tratativas não arrefeceu e, em 1986, os presidentes assinaram a Ata para Integração e Cooperação Econômica, cujo conteúdo visava a coordenar a harmonização e a complementarização das duas economias para a futura integração. O texto previa que essa transição seria feita de maneira “gradual, flexível e equilibrada” (BRASIL; ARGENTINA, 1986). Na seqüência, em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, estabelecimento de mercado comum no prazo de dez anos.

Antes de dar continuidade à linha histórica do processo de formação do Mercosul, é importante retomar algumas mudanças conjunturais que afetaram os dois países entre o final dos anos 1980 e o início da década de 1990. Data desse período a renegociação das dívidas externas dos países latino-americanos e a disseminação, por parte do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de prescrições de caráter neoliberal para sanar as dificuldades financeiras da região. Tais medidas ficaram conhecidas como Consenso de Washington e incluíam liberalização comercial, privatização, abertura dos mercados nacionais para o capital estrangeiro e regime de câmbio flutuante (WILLIAMSON, 1993). Sua aplicação e impactos variaram em cada país, mas um notável reflexo foi o entendimento por parte das elites econômicas e políticas latino-americanas sobre o processo, visto que passaram a propagar que tais medidas representavam a

modernização necessária para que a América Latina conseguisse se inserir nos fluxos de comércio internacionais e acompanhasse o fenômeno de globalização observado no período. A adesão ao neoliberalismo se tornou, portanto, elemento comum aos discursos da época. A mudança dos paradigmas econômicos teria também manifestações políticas, como no perfil dos sucessores de Sarney e Alfonsín, cujo alinhamento aos preceitos neoliberais teria impacto nas economias domésticas e no processo de integração regional.

Desse modo, a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência do Brasil (1990-1992) e de Carlos Menem (1989-1999) na Argentina acelerou a liberalização comercial entre os países e a evolução da integração (FRIEDRICH; GUIMARÃES, 2015). Os marcos dessa tentativa de aceleração do processo foram a assinatura da Declaração de Buenos Aires, em 1990, e do Tratado de Assunção, em 1991, onde o nome “Mercado Comum do Sul” foi oficializado. O Tratado de Assunção também estipulou a “adoção de uma tarifa externa e uma política comercial comuns em relação a terceiros Estados e assumiram o compromisso de harmonizarem suas políticas macroeconômicas em diversos setores” (FRIEDRICH; GUIMARÃES, 2015, p. 134), com a intenção de evitar desequilíbrios entre os Estados membros do bloco.

Nesse ponto da narrativa, cabe destacar também a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>3</sup> na trajetória dos projetos de integração em curso na região ao longo da década de 1990. Diante das conjunturas que se colocavam para os países latino-americanos em um cenário internacional globalizado e

<sup>3</sup> É importante ressaltar a importância da CEPAL para a integração latino-americana, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. Em 1957, o Comitê de Comércio da CEPAL desenvolveu um conceito de cooperação regional baseado no sistema de preferências comerciais para acelerar o crescimento econômico da região. Em 1959, a CEPAL propôs uma zona de livre comércio que culminaria na assinatura do Tratado de Montevidéu, em 1960, que deu origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), reconhecida como a primeira experiência de organização de integração dos países latino-americanos.

orientado por práticas neoliberais de comércio, a CEPAL passou a defender a adaptação tecnológica dos processos produtivos (BRAGA, 2002) e a integração como um reforço ao crescimento econômico. O conceito se afastava do caráter desenvolvimentista que imperava desde a década de 1960 e enxergava a integração como uma plataforma para a liberalização dos mercados latino-americanos gerando, como consequência, sua inserção no comércio internacional. De acordo com Devlin e Estevadeordal (2001),

En esencia, el Nuevo Regionalismo de los años noventa es una parte integral de las amplias reformas estructurales que se han producido en América Latina desde mediados de los años ochenta. Las características centrales de la estrategia actual incluyen la apertura a los mercados mundiales, la promoción de la iniciativa del sector privado y la retirada por parte del Estado de la actividad económica directa. (DEVLIN; ESTEVADEORDAL, 2001, p.6)

Até a inserção da perspectiva cepalina<sup>4</sup> no debate sobre integração regional, em 1994, o desenvolvimento do Mercosul indicava a preponderância de temas políticos em suas tratativas (TREIN, 2000), visto o interesse de efetivar a reaproximação entre o Brasil e da Argentina. Ao longo da década de 1990, a pauta econômica foi ganhando mais espaço na pauta do bloco, acompanhando a dinâmica do cenário internacional pós-Guerra Fria. A proposta de regionalismo aberto da CEPAL coincidiria com esse novo momento do Mercosul, que passa a ser entendido por seus membros como um modo de inserção do no mercado internacional, principalmente durante os governos Collor e Menem. Porém, a convergência de visões sobre integração entre os dois países não continuou após o impeachment de Collor e a ascensão de Itamar Franco (1992-1995) à presidência brasileira. Diante da proposta estadunidense para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que abarcaria as Américas do Norte, Central e do

<sup>4</sup> “Transformación productiva con equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa” (CEPAL, 1994).

Sul, o Brasil optou por manter um projeto econômico distinto ao de Washington e um modelo de integração que permitisse a transição de uma economia fechada para a liberalização (BERNAL-MEZA, 1999).

A Argentina via na ALCA e no alinhamento aos Estados Unidos uma forma mais proveitosa de inserção na economia global, conforme explica Cavalcanti (2017, p.9): “A diplomacia argentina considerava que a nova ordem mundial trazia consigo um desaparecimento do conflito Leste-Oeste e Norte-Sul e, portanto, ela deveria ter uma relação especial com os Estados Unidos”. Tais divergências conceituais entre Brasil e Argentina, no entanto, não impediram a continuação da estruturação do Mercosul e nem a permanência do bloco como pauta central da política externa de seus membros.

Ainda na década de 1990, dois importantes protocolos foram firmados no âmbito do Mercosul: o Protocolo de Ouro Preto, em 1994, que garantiu uma personalidade jurídica ao bloco, e o Protocolo de Ushuaia, de 1998, que reafirmou o compromisso dos membros e de mais dois Estados associados (Bolívia e Chile) com a democracia. O balanço da estruturação do Mercosul no período gerou, em termos comerciais, resultados para o comércio intra-bloco, que cresceu de US\$ 4,1 bilhões de dólares em 1990 para US\$ 20,5 bilhões em 1997 (CERVO, 2002). Em relação à inserção no comércio internacional, o desempenho foi mais modesto e as importações prevaleceram sobre as exportações: a participação do bloco no comércio global nas exportações passou de 1,43% no ano de 1994 para 1,49% em 1997; em relação às importações, os dados mostram que aumentaram de 1,49% em 1994 para 1,79% em 1997 (BASTOS, 2008). Esses dados confirmam o aumento do intercâmbio comercial dos países da região na fase imediata à criação do bloco, em consonância com os paradigmas econômicos que vigoravam à época. Quanto à inserção do bloco nas correntes de comércio internacionais, os resultados ficaram aquém das expectativas, situação que se agravaria com as crises econômicas do México (1997) e da Ásia (1998). Do ponto de vista político, pode-se concluir que

a década de 1990 foi positiva para o bloco, ocorrendo significativa melhora nas relações entre os países membros e fortalecimento das instituições do Mercosul.

### 2.1 A onda rosa

A primeira década do século XXI trouxe mudanças significativas para o contexto político da região sul-americana. Além da eleição de Hugo Chávez na Venezuela, nos estertores do século XX (1999), ocorreram sucessivas vitórias de presidentes alinhados à variações do espectro político de esquerda na América do Sul: Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003), Tabaré Vasquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Néstor Kirchner e Cristina Kirchner na Argentina (2003 e 2007, respectivamente), Ricardo Lagos e Michelle Bachelet no Chile (2000 e 2006), Rafael Correa no Equador (2007) e Fernando Lugo no Paraguai (2008). Batizado de “onda rosa” em referência à orientação de centro-esquerda da maioria desses governantes (ou seja, mais moderada do que a linha política que vigorou com a União Soviética e associada a cor vermelha), esse fenômeno teve como uma de suas principais causas o esgotamento dos projetos econômicos neoliberais adotados na região ao longo dos anos de 1990 (LUCIANO; BRESSAN, 2014). O fraco desempenho das economias, o desemprego e a deterioração das condições sociais facilitaram a ascensão de lideranças que aparentemente desafiavam a ortodoxia econômica do Consenso de Washington. Favorecidos pela fase da economia mundial, o aumento dos preços das commodities e pela intensa demanda da China por esses produtos, os chamados governos progressistas foram capazes de investir em programas sociais de forma inédita até então, reduzindo significativamente os índices de pobreza e extrema pobreza da região.

Além do impacto nos níveis domésticos dos países sul-americanos, a nova orientação política dos dirigentes influenciou os rumos dos processos de integração da região. Surgem, assim, novos paradigmas de integração em contraposição ao regionalismo aberto, destacando-se o

“regionalismo pós-liberal”, mais ligado ao aspecto econômico da integração, e o “regionalismo pós-hegemônico”, relacionado ao nível político (CAVALCANTI, 2017). Enquanto o regionalismo aberto cepalino era restrito à pauta comercial, o regionalismo pós-liberal incluiu outros temas na agenda dos processos, principalmente aqueles ligados ao desenvolvimento social. Já o regionalismo pós-hegemônico, conforme definido por Rigirozzi (2012), contestou abertamente a influência econômica e política dos Estados Unidos no continente e buscou reorientar as relações com esse país. Os dois conceitos apresentados nortearam a criação de novos projetos de integração, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), e alteraram a dinâmica dos processos já existentes.

No caso do Mercosul, diversas medidas comprovam a mudança de paradigma, sendo considerado o marco inicial desse processo a assinatura do Consenso de Buenos Aires em outubro de 2003. Como indicava o título do documento, tratou-se de uma resposta ao Consenso de Washington e seu conteúdo versava, entre outros temas, sobre questões sociais como o desemprego e o combate à pobreza. No ano seguinte, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), cujo objetivo era reduzir as assimetrias econômicas entre os países membros através do financiamento de programas de infraestrutura e políticas públicas. O FOCEM entrou em vigor em 2007 e foi renovado em 2015, tendo beneficiado especialmente as economias do Uruguai e do Paraguai (RUIZ, 2013). Entretanto, de acordo com Guimarães (2012), em balanço dos 20 anos do Mercosul, as assimetrias continuaram, especialmente, na diversificação produtiva, no dinamismo tecnológico e na dimensão dos parques produtivos. Essas assimetrias continuaram relegadas à correção via forças de mercado, sem esquemas corretivos, o que somente aumentou o desenvolvimento distinto entre seus membros. Dessa forma, o Mercosul está sob ameaças permanentes a sua coesão, o que impede seus os países parte de conseguir defender seus interesses em bloco no cenário internacional.

Dentro desse contexto de reafirmação da integração regional, um fato simbólico importante ocorreu durante a Cúpula das Américas realizada na Argentina em 2005, ocasião em que o projeto da ALCA foi rechaçado pela maioria dos países sul-americanos sob a liderança do então presidente venezuelano Hugo Chávez. Importante notar que a Venezuela integraria o Mercosul posteriormente em decorrência, entre outros motivos, do alinhamento de perspectivas sobre integração. Ainda em 2005, foi assinado o Protocolo de Assunção sobre Direitos Humanos do Mercosul, documento análogo à cláusula democrática que reafirma o compromisso dos membros em relação às liberdades fundamentais dos cidadãos e aos direitos humanos. Finalmente, em 2011, foi lançado o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), cuja abrangência de temas sociais (desde combate à pobreza, acesso a educação até políticas contra a exploração de trabalho infantil) consolida essa nova agenda no como uma das principais pautas do bloco.

Do ponto de vista político, uma das principais ações do Mercosul na primeira década do século XXI foi a constituição do Parlasul (Parlamento do Mercosul) em 2006, representando um avanço institucional com o discurso de suprir o déficit democrático nas relações internacionais. Em suma, a onda rosa diversificou e atualizou a agenda do Mercosul, enfatizando as questões sociais e políticas. Os governos argentino e brasileiro, representantes das duas maiores economias do bloco, desempenharam importante papel nessa redefinição dos objetivos do Mercosul e as especificidades de suas participações nesse processo serão analisadas a seguir.

### **3.OS CASOS DOS GOVERNOS BRASILEIRO E ARGENTINO**

#### **3.1.Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007)**

O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva se iniciou em um contexto de incerteza, por parte

das elites nacionais e internacionais, frente a posse do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Soma-se a esse quadro a crise do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, o que levou a um cenário de alta pressão inflacionária do mercado, depreciação da moeda nacional e redução dos financiamentos externos. Esse momento inicial de tensão aos poucos se extenuou, sendo exemplo a “Carta ao Povo Brasileiro” do PT, que demonstrava tom de mudança na política do país, mas sem beirar o chamado radicalismo. O documento enfatizou o desenvolvimento do país associado à ideia de justiça social. Nesse modelo, o Estado passou a agir como mediador dos interesses público e privados, mas deu prioridade a um modelo de desenvolvimento que preconizava a internacionalização das linhas de crédito, como visto no caso do BNDES e da internacionalização das empresas nacionais. Nesse sentido, a política externa do país assumiu uma postura mais assertiva, com a inserção no sistema internacional que possibilitava uma diminuição da dependência tecnológica e financeira e, ao mesmo tempo, alavancava a inovação produtiva do Brasil (CERVO, 2008, p. 86)

Apesar de algumas conturbações políticas, como o “Mensalão”, o contexto doméstico foi marcado por um período de maior estabilidade política e econômica. Parte desse quadro de estabilidade e de crescimento econômico, via exportação de commodities, foi um importante fator para que a política externa ganhasse robustez e projeção. No tocante à política externa do governo de Lula da Silva, segundo Hirst, Lima e Pinheiro (2010), os pilares que foram guia para a política externa do governo Lula eram a manutenção da estabilidade econômica; retomada do papel do Estado na coordenação da agenda desenvolvimentista; inclusão social e formação de um mercado expressivo de massas.

A partir de 2003, percebe-se uma maior participação na política externa de agências do Estado que possuíam agenda externa própria, mas concatenada ao Itamaraty, sendo possível uma ação que se aliava ao dinamismo

empresarial caracterizado pela globalização dos investimentos em países em desenvolvimento, especialmente na América do Sul. Outra importante presença na política externa deste governo, segundo as autoras acima, foram os “ministérios domésticos” associados ao setor empresarial, torna-se expressivo o diálogo entre as ações empresariais e governamentais brasileiras. O Ministério do Desenvolvimento atuou na expansão de empreendimentos de ambos os setores, público e privado, nos países em desenvolvimento. Alguns dos grupos que se destacam são a Petrobrás, Odebrecht, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, entre outras.<sup>5</sup>

Percebe-se uma ampla gama de interesses intrínsecos na formulação das políticas deste governo e o Itamaraty devia, também, responder a essas demandas. Dessa forma, a instância passa a desempenhar um assíduo papel na em fóruns multilaterais, organizações internacionais e mudança de discurso nos regimes internacionais. Entre os diversos temas que se destacaram na política externa brasileira do período analisado, está a percepção da região sul-americana como um entorno que possibilitasse aliar a inserção internacional do Brasil como país de destaque no jogo da política internacional e, ao mesmo tempo, a região torna-se um mercado exponencial para a ambição desenvolvimentista do país.

Para tanto, o Mercosul era instância estratégica. Já na ocasião da XXIV Reunião de Cúpula do Mercosul, em 2003, Lula da Silva afirmou que o bloco seria “o núcleo em torno do qual pensamos deva ser levada adiante a integração da América do Sul” (BRASIL, 2008, p. 25). O então presidente, no mesmo discurso, enfatizou que, após a vitória de governos de esquerda e centro-esquerda nos países

---

<sup>5</sup> Em período posterior ao recorte temporal preterido nesse artigo, diversas das empresas envolvidas em empreendimentos que combinaram investimento público e privado, no governo analisado, como a Odebrecht e a Petrobrás, entre outras, foram denunciadas por corrupção e estão, atualmente, enfrentando processos judiciais. Tais fenômenos apontam uma dimensão transnacional e regional não apenas da internacionalização de empresas, mas também de mecanismos de corrupção.

membros do Mercosul, a integração da região seria produto da convergência de interesses políticos, sociais e econômicos dos países. Segundo Lula da Silva

Em todos os contatos que mantive com meus colegas Presidentes, constatei profunda coincidência de visões sobre a importância do Mercosul como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social de nossos países. Venho a esta reunião com a firme convicção de que é possível retomar os passos necessários para consolidar o Mercosul como União Aduaneira, em que nossos produtos encontrem mercados sem restrições, e caminhar para a construção de um verdadeiro Mercado Comum, espaço ampliado de prosperidade para nossas populações (...). Está, assim, em gestação um novo ambiente político, muito mais propício à retomada dos esforços de integração regional (BRASIL, 2008 p. 25-26)

O Programa de Governo do PT, já nas eleições de 2002, em seu subitem "Política Externa para Integração Regional e Negociação Global", apresentou o Mercosul como instância de necessária revitalização, sendo o seu fortalecimento e ampliação parte para uma América do Sul estável, próspera e unida. Segundo o discurso de posse de Lula, dois temas transcendentais na formulação da política externa foram apresentados, o fortalecimento do Mercosul e aprofundamento da integração sul-americana (AMORIM, 2005).

transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.6).

Segundo Amorim (2005), já no ano de 2004, o comércio com a América do Sul aumentou significativamente e saltou de 7 bilhões para 11 bilhões nos primeiros nove meses de 2004, sendo 91% dos produtos exportados manufaturados. Dentre os diversos países, a Argentina somou recorde histórico de 7 bilhões nas transações do Brasil. Ademais, a região demonstra possuir mercado de relevante interesse para o Brasil. No caso do Mercosul especificamente, as relações a partir de 2004 tornam-se expressivas e passam a possuir constante superávit na balança comercial, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (AMORIM, 2005). Dada essa configuração econômica favorável ao Brasil, é perceptível o papel do Mercosul como instrumento propiciador de um melhor posicionamento regional para o Brasil e uma vez que, na esfera comercial, o bloco atua como a formação de uma área de livre comércio para a região. Ao mesmo, o Mercosul é a possibilidade de projeção nas negociações econômicas internacionais (SARAIVA, 2010). Já que, segundo Amorim (2005), nos primeiros dois anos do Governo Lula se concluiu o acordo entre Mercosul e Comunidade Andina, além do ingresso da Venezuela, Equador e Colômbia como membros associados do Mercosul, o que permite a ampliação de parceiros para o Brasil.

Todos esses fatores estavam presentes no discurso de posse de Lula ao afirmar a revitalização mercosulina perpassaria a ampliação e fortalecimento do bloco, algo que foi visto nas trocas comerciais mais intensas entre os países. Ao mesmo tempo, essas iniciativas para a integração sul-americana impactaram em outros arranjos regionais, favorecendo a construção, em um momento posterior, de um modelo que enfatizasse a integração física, em infraestrutura, comunicação, transportes sul-americanos por meio do BNDES, principalmente a UNASUL. Em análise de fragmentos do discurso de Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Mercosul, em 2003, citado acima, percebe-se que o presidente enfatizava compromisso com a realização do Mercosul e destaca o intuito comum entre os líderes dos

países vizinhos de “profunda coincidência de visões sobre a importância do Mercosul como projeto estratégico de integração regional e como instrumento indispensável para o desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2003, p. 2), o que levava ao interesse conjunto em “consolidar o Mercosul como União Aduaneira” (BRASIL, 2003, p.2). Por esses fragmentos já se percebe a apresentação do Mercosul como projeto que alavancasse a integração do Cone Sul, o que, na verdade, atendia aos interesses desenvolvimentistas brasileiros, tanto estatais quanto privados.

É importante frisar a presença nos discursos de Lula da associação do Mercosul com um projeto maior de integração sul americana, segundo o presidente “começando pela realização do potencial do Mercosul e prosseguindo pela consumação de um espaço político, cultural, econômico e comercial comum na América Sul” (BRASIL, 2004, p. 2). Esse elemento está atrelado ao alargamento do Mercosul que era parte da política para a região do Governo Lula, pois “assinalar a importância do ingresso da Colômbia, do Equador e da Venezuela como Estados associados ao Mercosul” (BRASIL, 2004, p.2) era parte de um quadro maior visto com “a negociação e assinatura do Acordo de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe, esperamos receber a Guiana e o Suriname, completando a presença integral da América do Sul no Mercosul”. (BRASIL, 2004, p.2).

Por fim, a iniciativa de trazer uma face mais social ao Mercosul, como visto na ocasião da Reunião da Cúpula do Mercosul de 2003, em que Lula da Silva apresentou o “Objetivo 2006”, que se tratavam de tarefas prioritárias para que o Mercosul se tornasse efetivamente uma União Aduaneira. A participação social no bloco e fortalecimento institucional eram vistos como primordiais e coloca-se a criação do Parlamento do Mercosul, além da consolidação do Protocolo de Olivos, pois a “importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais (...) para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o Mercosul. Faltou ao Mercosul uma dimensão

política, como se bastassem apenas fórmulas econômicas” (BRASIL, 2003, p.6).

Um Mercosul de instituições mais fortes e com viés social foi parte recorrente dos discursos do presidente Lula da Silva (2004; 2007). Entretanto, iniciativas como o Parlasul, instância de participação social, demonstram-se ao longo do tempo ainda limitadas pela força do caráter intergovernamental do bloco, que mantém predominantemente as decisões em nível tão somente dos Estados.

Ademais, o problema da institucionalização do Mercosul, de maneira geral, esbarrava no fato de que os ordenamentos e acordos aprovados no âmbito do bloco continuavam não sendo regulamentados e totalmente implementados (LAUHERTA; MARIANO, 2012).

### 3.2. Néstor Kirchner (2003-2007)

Quando Néstor Kirchner (Partido Justicialista/Frente para la Victoria) assumiu a presidência da Argentina, em 25 de maio de 2003, as marcas da crise econômica, institucional, política e social de 2001 ainda estavam presentes, inclusive com disputas com o FMI, a negociação das obrigações referentes à dívida pública e o afastamento em relação aos Estados Unidos, marcando uma inflexão ao governo neoliberal Menem, cujo modelo de política externa foi sintetizado como Realismo Periférico<sup>6</sup>. Após o período de repetidas sucessões presidenciais entre 2001 e 2002, o mandato-tampão de 1 ano e meio de Eduardo Duhalde seguiu em instabilidade e as eleições representaram um retorno à normalidade institucional. No entanto, havia a necessidade de lidar com os resultados sociais e econômicos consequentes do neoliberalismo executado na década de 1990, assim como de lidar com a reorientação de política

<sup>6</sup> Essa corrente de pensamento nas Relações Internacionais entende que os Estados periféricos não devem entrar em confronto com as potências centrais, visando manter um equilíbrio no sistema internacional, seguindo os que possuem mais capacidades para ditar as regras do jogo, sem plena margem de manobra (MORGENFELD, 2012).

externa, devido à situação de inserção argentina na sociedade internacional.

Ademais, no nível político doméstico, inicialmente a legitimidade de Kirchner foi questionada pela baixa votação que recebeu, 22%, pois o 2º turno disputou sozinho após a saída do candidato e ex-presidente Carlos Saúl Menem da disputa. Por outro lado, apesar de não contar com maioria no Congresso, seu agrupamento partidário era numericamente a maior força no Legislativo, tanto nas eleições de 2003 quanto nas de 2005, que consolidaram a aceitação do governo Além disso, atingiu elevados índices de aprovação, com apoio à sua presidência e a condução das negociações de acordos com FMI e os credores internacionais (VADELL, 2006). Nesse contexto, convém sublinhar a questão partidária que diferencia Néstor e Lula. Ao passo que o PT chegava pela primeira vez ao poder e representava uma inovação na política brasileira, a vitória do justicialismo soma-se a uma trajetória desde a década de 1940, com Juan Perón, ou seja, não possuía a mesma carga simbólica de ruptura e do “novo” como ocorreu no Brasil e outros países da região.

Para Colombo (2004), o início da política externa de Néstor Kirchner teve como objetivo a aproximação ao Brasil, como instrumento para inserir-se internacionalmente junto aos Estados de capitalismo avançado com os quais negociava questões oriundas da crise econômica. Podemos assinalar que a associação entre Buenos Aires e Brasília estava vinculada à estratégia da Argentina de se reinserir no internacional como país latino-americano, que deve ser situada no afastamento em relação à Washington, na rejeição da proposta da ALCA, na falta de credibilidade dos organismos financeiros internacionais e na ascensão dos chamados “governos progressistas” na região. É nesse contexto também que, em 2003, é feito o já mencionado Consenso de Buenos Aires, pelos presidentes da Argentina e do Brasil, destacando o compromisso com o aprofundamento do Mercosul e com a agenda de direitos sociais, contra a desigualdade econômica, além do papel do

Estado nesses processos. Ademais, a relação entre Brasília e Buenos Aires foi vista como um eixo estratégico para a atuação na América do Sul de modo mais amplo (RAPOPORT; MADRID, 2011). Naquela conjuntura, como salienta Colombo (2007, p. 75), a Argentina não aparentava ter outras opções de integração além do Mercosul e via a relação com o Brasil como “imprescindible para atraer inversiones extranjeras, negociar con mayor fuerza con actores poderosos del sistema internacional y para el fortalecimiento y expansión de las empresas de capital nacional”. Nesse sentido, a política internacional bilateral e regional é percebida como um desdobramento para satisfazer as necessidades internas econômicas em um contexto de globalização e no qual a Argentina tinha acesso limitado aos mercados internacionais.

Entretanto, como afirma Simonoff (2009), a relação estratégica com o Brasil foi marcada tanto por êxitos quanto por tensões e disputas, tanto na área comercial quanto em outras esferas, como na ONU<sup>7</sup>, o que limitou o potencial das relações e contribuiu, em contraposição, para o fortalecimento das relações entre Buenos Aires e Caracas, pois a Venezuela era um ator que crescia em importância como líder na região naquele momento. Paralelamente, o fortalecimento das relações entre os governos de Kirchner e Chávez era visto negativamente pelo Brasil e utilizado pela oposição brasileira ao governo (BARBOSA, 2010) para questionar a conduta da política externa de Lula e a proliferação de acordos regionais no início dos anos 2000 (overlapping). A respeito deste último tópico, a crítica era dirigida a outros arranjos que “competiam” com o Mercosul e “ameaçavam” a liderança brasileira, como a ALBA e a Unasul, por exemplo, que possuíam maior carga política e preponderância de outros Estados, especialmente da Venezuela.

<sup>7</sup> De acordo com Simonoff, a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU foi um caso que evidenciou divergências nos objetivos diplomáticos argentino e brasileiro.

Ademais, o bloco era apontado como um espaço para a criação de condições que possibilitassem o modelo de desenvolvimento socioeconômico proposto para a Argentina. Segundo Colombo (2004, p. 165), a proposta kirchnerista para inserção na globalização não se dava por meio da abertura comercial indiscriminada, como realizado na década de 1990, mas sim pelo aumento da capacidade de negociação. Este canal seria possibilitado através do Mercosul e da aproximação com o Brasil, para que o poder de barganha conjunto fosse mais robusto, o que incluía não ter alinhamento automático com Washington.

De acordo com Simonoff (2009), a posse de Kirchner sinalizou o impulso a um modelo de industrialização neodesenvolvimentista e nacionalista, com influência da ideologia peronista. Acompanhando essa orientação, estimulava-se o consumo tanto interno quanto no mercado ampliado dos países vizinhos, via Mercosul. Além disso, nas palavras do discurso de posse de Kirchner (2003), “nuestro país debe estar abierto al mundo, pero abierto al mundo de una manera realista, dispuesto a competir en el marco de políticas de preferencia regional y fundamentalmente a través del MERCOSUR”. Logo, expõe uma diretriz de política externa que tem algumas ressalvas com a abertura globalizante e manifesta a orientação por atuar na região em que lhe parece mais segura. A constância desse argumento se pode notar também no seu discurso na Cúpula de Mar del Plata, quando afirmou que “la integración será posible en la medida que se atiendan las asimetrías existentes y si las negociaciones satisfacen los intereses fundamentales de cada país, especialmente, en materia de acceso a los mercados sin restricciones” (KIRCHNER, 2005). Dessa forma, o processo de regionalismo é apresentado como um instrumento para alcançar os objetivos articulados internamente e que se projetam na ação do Estado.

De acordo com Bernal-Meza (2008, p. 154), “los países se plantean la posibilidad de participar en un proceso de integración regional porque prevén que con esta agrupación pueden obtener mayores beneficios políticos y

económicos que si continúan aislados”. Dessa maneira, em uma convergência de estratégia internacional com projeto doméstico, demonstra-se não uma separação entre as duas esferas, mas sim uma continuidade que constitui um objetivo comum.

Zelicovich (2011, p. 182) sintetiza o papel do Mercosul na política externa argentina, sob o mandato de Kirchner, como uma ferramenta para ampliar sua autonomia frente aos atores do sistema internacional. E esse objetivo envolveria a consolidação do capitalismo nacional, através do maior papel de regulamentação do Estado, com meios para o desenvolvimento de suas empresas e canais para comercialização. Vale destacar também a conjuntura econômica internacional ao longo dos anos 2000 que foi favorável aos países latino-americanos, principalmente devido ao aumento dos preços internacionais das commodities. Diante do apresentado, é possível perceber uma relação de utilizar o bloco e a política internacional para atender os interesses internos, especialmente os do mercado doméstico e lidar com as questões sociais.

Outro aspecto que convém ser assinalado é a adesão venezuelana ao Mercosul, assinada sob a presidência pró-tempore argentina, foi impulsionada durante o governo Kirchner, devido ao papel que a Venezuela teve na compra de títulos da dívida pública argentina, especialmente no contexto de crise econômica e baixa confiança dos mercados internacionais do início dos anos 2000, e no fornecimento de petróleo para a energia – pois a provisão de recursos energéticos da Bolívia e do Brasil não atendiam suficientemente às necessidades da Argentina (BERNAL-MEZA, 2008, p. 166-7). Dessa maneira, percebe-se uma relação entre a função bilateral que houve entre Buenos Aires e Caracas, dado o cenário econômico doméstico, o conseqüente apoio para sua incorporação no organismo multilateral, o que gerou ganhos para a projeção internacional venezuelana. Também, nas relações internacionais, a inclusão da Venezuela ao Mercosul, com o

apoio argentino, servia para balancear o peso do Brasil no bloco (SIMONOFF, 2009).

Paralelamente, de acordo com Taiana (2007), um dos eixos da política externa de tal período era a promoção dos Direitos Humanos, da paz e da democracia, por meio do fortalecimento do multilateralismo. Isso posto, Miranda (2004) ressalta que a proposta de agenda não-econômica, para posicionar o Estado na sociedade internacional, “se refiere al dominio interno, es la de consensuar en la sociedad política argentina una postura común, permanente y comprometida con respecto a la citada estructura regional”. No âmbito dos Direitos Humanos, vale apontar que, no Mercosul, foi criada a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos, em 2004, foi assinado o Protocolo sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, em 2005, e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul foi fundado em 2009 e está localizado em Buenos Aires, em um antigo centro clandestino de tortura e detenção. Tais medidas no nível regional sucederam ações destacadas como prioridades no início da presidência de Néstor, como a criação do Arquivo Nacional de Memória, a anulação das leis de impunidade, a fundação do Museu da Memória e o pedido de perdão pelo silêncio do Estado.

Sendo assim, tanto no nível nacional quanto no internacional, há a criação de uma série de mecanismos com vistas a evitar a repetição de governos autoritários e violadores dos Direitos Humanos, na América do Sul. Consequentemente, ao mesmo tempo em que as medidas tomadas nessa temática no Mercosul seguem o impulso dado nacionalmente na Argentina, o governo também utilizou o momento histórico da região e argumentou que as decisões tomadas no plano doméstico acompanhavam as necessidades internacionais. Tendo isso em vista, a questão dos Direitos Humanos é representativa da inclusão de novos temas no Mercosul, a partir de seu relançamento nos anos 2000. Associando o trabalho da agenda não-econômica e os compromissos políticos e sociais que os governos assumiram

internamente, o bloco regional passou a lidar mais fortemente com a pluralidade de agendas, além da comercial.

Dessa maneira, a estratégia do governo de Kirchner propunha que as políticas do Mercosul fossem conduzidas para atender às necessidades internas, justificando essa perspectiva através da crise vivida na Argentina. Portanto, em uma visão de continuidade – sem uma rígida divisão entre interno e externo – a atuação no e do Mercosul seria um transbordamento do programa político desenvolvido no âmbito nacional.

Frente ao exposto, a análise do período de Néstor Kirchner nos permite identificar que, justificadas pelo contexto de crise nacional, tentou-se projetar as medidas de política doméstica na atuação do Mercosul. E, paralelamente, para auxiliar na criação de consenso interno a respeito de determinadas decisões, utilizou-se a realidade regional como justificativa para que a Argentina executasse algumas ações. Aqui destacamos as propostas econômicas de desenvolvimento industrial, a renegociação da dívida, as relações com a Venezuela e a política de Direitos Humanos. Isso se situa no cenário em que o Mercosul era instrumentalizado como o principal meio de recuperação econômica, pós-crise de 2001, e de inserção política e econômica no sistema internacional, devido às facilidades para intermediar as relações da Argentina com os demais atores internacionais.

Logo, entende-se que a dinâmica do Mercosul é resultado das interações entre as políticas formuladas por cada membro que busca atender suas necessidades domésticas e internacionais juntamente com as diretrizes do bloco integracionista. Especificamente no caso argentino, o redimensionamento da política externa – que se afastou do alinhamento automático à Washington para enfatizar seu entorno sul-americano – condiz com a reorientação da política econômica, diante da crise vivenciada no país, conforme Stuart (2008).

#### 4. CONCLUSÃO

A criação do Mercosul em 1991 é fruto da aproximação argentina e brasileira iniciada na década anterior e, fundamentalmente, das novas formas de interação e de resposta a um contexto internacional novo, pautado pela globalização que traz consigo transformações consideráveis para o jogo político mundial. O Mercosul, portanto, se tratava de um projeto que buscava por meio da potencialização da região, alcançar a capacitação autônoma de seus países em se inserir em uma configuração de mundo multipolar em blocos (COSTA, 2011). Desde seus primórdios, a dinâmica mercosulina responde de forma direta às mudanças políticas e econômicas de seus membros fundadores, especialmente Argentina e Brasil. Os anos 2000 inauguram um novo momento do Mercosul, uma vez que a entrada no poder de governos progressistas e trouxe nova roupagem ao bloco com temas de viés político e social.

Entretanto, ao se analisar os governos e período proposto, percebe-se que esse projeto de integração tem parte de sua estruturação pautada pelo interesse de inserção de seus membros no ambiente internacional. No contexto globalizante do capitalismo, há uma preocupação dos países mercosulinos em readequar-se ao jogo da economia global, o que impacta nas dinâmicas de articulação da região e seus Estados. Em outros termos, as relações internacionais sul-americanas são definidas por suas dinâmicas internacionais (regionais e domésticas), mas também pela sua interação com o restante do sistema internacional. Dessa forma, o Mercosul representa, em grande medida, plataforma para a realização dos interesses nacionais e política externa de seus membros, o que compromete as iniciativas que proponham autonomia do bloco.

O Mercosul ampliado, em membros e em temas, é parte resultado da busca por um relacionamento multilateral

e abrangente em relação à América do Sul e ao sul global, que foram alvo de um projeto de desenvolvimento interno do Brasil, que buscou fortalecer a internacionalização das linhas de crédito brasileiras e de setores-chave da indústria do país, em que se pode citar o aprofundamento das relações Mercosul–Comunidade Andina com vistas à formação de uma Comunidade Sul-americana de Nações; negociação comercial Mercosul–Índia e Mercosul–União Europeia, entre diversos outros acordos que se buscou firmar no período. É necessário ter em mente que o crescimento econômico brasileiro e argentino via commodities, lhes propiciou maior estabilidade e permitiu a associação da estabilidade interna e busca pelo desenvolvimento a um projeto de inserção internacional assertiva através da busca por parceiros do sul global com mercado e capacidade de prospecção internacional exponenciais, o que possibilitou, no caso brasileiro, se inserir como relevante ator no jogo internacional e conquistar a imagem de doador internacional e não mais “esmoleiro internacional” (CERVO, 2008), uma vez que a construção sul americana perpassa a internacionalização de setores-chave brasileiros.

Da mesma forma, o modelo industrial neodesenvolvimentista e nacionalista colocado pelo governo argentino percebia a região Mercosulina como mais segura para a inserção do país. A aproximação com a Venezuela e apoio a entrada do país no bloco são frutos de uma parceria que melhor atendia aos interesses comerciais e econômicos argentinos, bem como, a inserção de uma agenda variada, com temas como Direitos Humanos na agenda regional, também são parte da estratégia de inserção internacional do país. Em ambos os casos, argentino e brasileiro, torna-se claro que não há separação entre suas políticas e interesses nacionais e o jogo de poder internacional que, invariavelmente, passa pela esfera regional.

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Celso. *Política externa do governo Lula: os dois primeiros anos. Análise de Conjuntura OPISA*, Rio de Janeiro, n.4, p.1-14, mar. 2005.

AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. *O relacionamento Brasil-Argentina: de rivais a sócios*. In: CASTRO, Sérgio; FONSECA, Gélson (Org.). *Temas de política externa brasileira II*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 2, Cap. 3.

BARBOSA, Rubens. *Mercosul e a integração regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

BASTOS, Luciana. *Avaliação do desempenho comercial do Mercosul: 1994-2005*. 2008. 158 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51, 2, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 42, n. 2, Brasília, 1999.

BRASIL. *Presidente (2003 - 2010: Lula). Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio*

*Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BRASIL; ARGENTINA. *Ata para a integração Brasileiro-Argentina*. Buenos Aires: MRE, 29 jul. 1986. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b\\_30/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_30/at_download/arquivo). Acesso em: 19 de jun. 2018.

BRESSAN, Regiane; LUCIANO, Bruno Theodoro. *A Comunidade Andina no século XXI: entre bolivarianos e a Aliança do Pacífico*. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambú (MG). *Anais (online)*. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt24-1/9045-a-comunidade-andina-no-seculo-xxi-entre-bolivarianos-e-a-alianca-do-pacifico/file>. Acesso em 19 de jun. 2018.

CAVALCANTI, Flavia. *O Mercosul pós- Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto*. In: Fórum Universitário do Mercosul – FOMERCO, XVI Congresso Internacional, 2017, Salvador (BA). *Anais (online)*. Disponível em: [http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508115007\\_ARQUIVO\\_Artigo-Fomerco-Versao-Final.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508115007_ARQUIVO_Artigo-Fomerco-Versao-Final.pdf). Acesso em 19 de jun. 2018.

CEPAL. *Transformación productiva com equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el caribe en los años noventa*. Organização das Nações Unidas: Santiago do Chile, 1994.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2007.

CERVO. Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLOMBO, Sandra. *Cambios y continuidades de la estrategia de integración argentina a partir de la crisis del neoliberalismo: efectos sobre el Mercosur*. In: AYERBE, Luís Fernando. *Integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

COLOMBO, Sandra. *La política regional del gobierno de Néstor Kirchner*. *Anuario de Integración Latinoamericana y Caribeña*, 2004.

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni. *Que hay en el nuevo regionalismo de las Américas?*. Buenos Aires: BID-INTAL, 2001.

FRIEDRICH, Tatyana; GUIMARÃES, Guilherme. *Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul*. *Estudos Internacionais*, v. 3, n. 1, jan-jun 2015.

GUIMARÃES, S.M. *O futuro do Mercosul*. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.1, n.1, p.13-22, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/27989/18005>. Acesso em: 16 de jul. 2018.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *A política externa do Brasil em dois tempos*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 38, n. 1, 1995.

KIRCHNER, Néstor. *Discurso de asunción del Presidente Néstor Kirchner a la Asamblea Legislativa el 25 de mayo del 2003*: Buenos Aires, 25 mayo 2003. In: CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. *Néstor. Discursos*. *Discursos 2003-2007*. Disponível em :

<http://www.cfkargentina.com/discurso-de-asuncion-del-presidente-nestor-kirchner-a-la-as-amblea-legislativa-el-25-de-mayo-del-2003/>. Acesso em: 15 set. 2017.

KIRCHNER, Néstor. *Palabras del Presidente Néstor Kirchner en la IV Cumbre de las Américas en el Auditorio del Hotel Provincial: Mar del Plata*, 4 nov. 2005. In: CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. *Néstor. Discursos*. *Discursos 2003-2007*. Disponível em :

<http://www.cfkargentina.com/nestor-kirchner-en-la-iv-cumbre-de-las-americas-en-mar-del-plata/>. Acesso em: 15 set. 2017.

LAHUERTA, Milton; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. *Integração Regional, Desenvolvimento e Inclusão: Um Balanço da Experiência do Mercosul*. *Perspectivas*, São Paulo, v. 42, p. 7-13, 2012.

LEME, Álvaro. *A Declaração de Iguazu (1985): A nova cooperação argentino-brasileira*. 2006. 195 f. *Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, 2006.

LULA, Luis Inácio. *Discurso na LIX Assembleia Geral da ONU*. Nova York, 21 set 2004. *Discursos selecionados do presidente Luis Inácio Lula da Silva*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2008.

MIRANDA, Roberto Alfredo. *Mercosur y política exterior argentina: la agenda no económica*. *Revista de Relaciones Internacionales*, n. 13, 1997.

MORGENFELD, Leandro. *Carlos Escudé, Principios de realismo periférico: Una teoría argentina y su vigencia ante el ascenso de China*. *Anuario del Centro de Estudios Históricos, Córdoba*, a. 11, n. 11, 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 2002. *Resoluções de encontros e congressos e programas de governo*. Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo.

PENNAFORTE, C.; MARTINS, M.A.F. *MERCOSUL, 25 anos depois: os problemas estruturais e o impacto da mudança de conjuntura*, *L'Espace Politique*, n.31, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacepolitique/4180>>. Acesso em: 18 de jul.2018.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. *Argentina – Brasil: De rivales a aliados: Política, economia y relaciones bilaterales*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

RUIZ, Briceño José. *Entre o voluntarismo e o realismo: o processo de revisão de modelo econômico do Mercosul*. *Século XXI – Revista de Relações Internacionais da ESPM Sul*, vol. 4, n. 2, Porto Alegre, 2013.

SARAIVA, Miriam. *Política externa brasileira: as diferentes percepções sobre o Mercosul*. *Civitas, Porto Alegre*, v.10, n.1, 2010, p.45-62.

SIMONOFF, Alejandro. *Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner*. *CONfines*, 5, 10, ago./dic. 2009.

STUART, Ana Maria. *Novas lideranças na América do Sul: o caso Kirchner*. In: AYERBE, Luis Fernando (org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TAIANA, Jorge. *Los Ejes de la Política Exterior Argentina*. In: RODRIGO CONDE GARRIDO; SANTIAGO ALLES. *Los Ejes de la Política Exterior Argentina*, 2007.

TREIN, Franklin. *Mercosul: uma breve análise de suas origens à crise atual*. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 1, Porto Alegre, 2001.

VADELL, Javier Alberto. *A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.49, n.1, 2006.

VARGAS, Everton. *Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 40, n. 1, Brasília, 1997.

WILLIAMSON, John. *Democracy and the Washington Consensus*. *World Development*, vol. 21, n. 8, Washington DC, 1993.

ZELICOVICH, Julieta. *El lugar del MERCOSUR en la política exterior argentina durante los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner*. *Revista de Relaciones Internacionales*, v. 20, n. 41, 2011.